



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PIAUÍ CAMPUS CORRENTE
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA**

JUBIANA PEREIRA REIS

**CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO
CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

CORRENTE-PI

2023

JUBIANA PEREIRA REIS

**CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente como exigência parcial para obtenção do diploma do especialista em Educação Especial e Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa.

CORRENTE-PI

2023

JUBIANA PEREIRA REIS

**CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo)
apresentado como exigência parcial para
obtenção do diploma do Curso de
Especialização em Educação Especial e
Inclusiva do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus
Corrente.

Aprovada em: 18/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa- IFPI
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Juliano Paines Martins
Membro avaliador

Prof. Renato Juciano Ferreira
Membro avaliador

CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JUBIANA PEREIRA REIS ¹

JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA²

RESUMO

As políticas públicas, sociais e pedagógicas sobre educação inclusiva, embora seja uma temática bastante discutida, a Educação Inclusiva, de modo geral, ainda é um grande desafio necessitando de estudos e adaptações. Dessa forma, o presente estudo objetiva verificar as principais propostas das Políticas Públicas na perspectiva da educação inclusiva, bem como de forma sucinta compreender os efeitos normativos, conhecer os aspectos sociais e pedagógicos aplicados para inclusão educacional e avaliar a existência da eficácia das políticas públicas nesse aspecto de educação. A investigação se efetivou por meio de uma abordagem bibliográfica qualitativa, de cunho exploratório. Existem nas instituições regular de ensino, a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado? Dentre os resultados da pesquisa, verificou-se que o sistema educacional brasileiro teve alguns avanços com a implementação das leis educacionais sobre a inclusão das pessoas com deficiência, mas, em sua maioria, esta legislação, ainda encontra em processo de organização e consequente implantação no Brasil, pois ainda existem muitos problemas que impedem a efetivação da inclusão educacional.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Inclusiva; Aspectos Pedagógicos e Sociais.

ABSTRACT

Public, social and pedagogical policies on inclusive education, although it is a widely discussed topic, Inclusive Education, in general, is still a major challenge requiring studies and adaptations. Thus, the present study aims to verify the main proposals of Public Policies from the perspective of inclusive education, as well as succinctly understand the normative effects, understand the social and pedagogical aspects applied for educational inclusion and evaluate the existence of the effectiveness of public policies in this regard. aspect of education. The investigation was carried out through a qualitative bibliographical approach, of an exploratory nature. Are there mandatory specialized educational services in regular educational institutions? Among the research results, it was found that the Brazilian educational system has made some advances with the implementation of educational laws on the inclusion of people with disabilities, but, for the most part, this legislation is still in the process of organization and consequent implementation in the Brazil, as there are still many problems that prevent the implementation of educational inclusion.

Keywords: Educational Policy; Inclusive education; Pedagogical and Social Aspects.

¹ Graduanda do Curso de Especialização Educação Especial e Inclusiva, do Instituto Federal do Piauí-IFPI e Universidade Aberta- UAB, Campus Corrente. E-mail: jubianarei@gmail.com.

² Professor Orientador, Dr. em História Social, docente (efetivo) do IFPI campus Floriano. E-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No cenário educacional brasileiro, quando se fala em educação inclusiva, logo é possível perceber que o assunto foi alvo de grandes eventos e discussões, uma vez que aconteceram muitos debates de movimentos sociais, como também grandes pressões com as metodologias e práticas pedagógicas. A pessoa com deficiência, passou por vários momentos e mudanças no decorrer do tempo, dos quais foram, rejeição, segregação, caridade, assistencialismo, integração até o atual contexto de inclusão.

Sabemos que a educação, no âmbito geral, é um bem importantíssimo da humanidade, juridicamente defendida como direito de todos, dever do Estado e da família, como previsto na Constituição Federal (1988), além de diversas leis como: LDB (1996), LBI (2015), que garantem esse direito. Nesse contexto, existem nas instituições regular de ensino, a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado?

Embora a educação inclusiva vem sendo uma temática bastante discutida, bem como cada dia auferindo espaço nos debates. Sendo assim, o presente estudo foi tecido a partir da necessidade de conhecer mais sobre as propostas legislativas e pedagógicas, nessa perspectiva, averiguar se realmente são suficientes para ocorrer a inclusão educacional diante do que é proposto oficialmente.

Visto que esta pesquisa tem grande relevância para trabalhos científicos e social, bem como, a importância de discutir sobre o assunto frente aos desafios da igualdade de direito, que se reflete em uma educação de qualidade para todos, a presente pesquisa oferece uma gama de informações nessa modalidade, possibilitando conhecimentos e credibilidade para o campo acadêmico.

Para a instituição formadora, especificamente o Instituto Federal do Piauí e Universidade Aberta, o estudo final pretende contribuir para as discussões bibliográficas da temática, fazendo com que o pesquisador (alunos) tenham acesso direto com material impresso na biblioteca do *campus*, para aprofundar, suscitar novos questionamentos sobre a temática.

Dessa forma, partindo-se do pressuposto de que novas pesquisas podem contribuir para a compreensão dessa temática, a seguir serão apresentados o referencial teórico que subsidia a discussão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência, em primeiro momento, aborda uma retrospectiva histórica reportando a relação estabelecidas entre a sociedade e as pessoas com deficiência nos diversos momentos históricos, em seguida serão abordados aspectos relacionados à trajetória educacional dos deficientes no Brasil, buscando para isso embasamento nas leis, decretos e documentos que regulamentam a educação no país.

E por último apresentará aspectos sociais e pedagógicos no âmbito educacional. A fim de levar mais conhecimento e divulgação sobre um assunto de grande relevância para a comunidade acadêmica e sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da educação inclusiva

Segundo as literaturas, historicamente não era permitido a sobrevivência da pessoa com deficiência. Essas pessoas eram vistas e tratadas de diversas maneiras, pois em cada período histórico a relação estabelecida entre esta parcela da população e os demais membros da sociedade, foi marcada e condicionada por concepções, ideais e paradigmas, característicos (ANTUNES,2012).De cada época, que determinavam a participação das pessoas com

deficiência na vida social, passando desde o misticismo, abandono, o extermínio na Antiguidade, a caridade e a segregação com a moral cristã, até mesmo eliminação e exclusão desses sujeitos do convívio social (RODASKI, 2020).

Conforme Sassaki (2006), o processo histórico da educação das pessoas com necessidades especiais, se deu em quatro etapas bastante distintas: conforme apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 Etapas do processo histórico da educação inclusiva

ETAPAS
Exclusão – Essa etapa aconteceu antes do século XX, as pessoas com deficiência eram impedidas de frequentar escolas.
Segregação - As pessoas com alguma necessidade especial eram atendidas dentro das instituições, também nessa etapa os alunos com deficiência começaram a frequentar a escola, porém separados dos alunos típicos.
Integração - Eram aceitas as deficiências mais adaptáveis às classes comuns. Os alunos tinham que se adaptar ao sistema escolar. Ocorreu uma falsa integração.
Inclusão - Ampliou nos anos 90. O sistema educacional adaptou-se as necessidades dos alunos.

Fonte: Adaptado de Bezerra (2014).

Naquela época (períodos históricos), a falta de informações acerca das pessoas com deficiência caracterizava-se pela ausência de conhecimento sobre as causas da deficiência, muitos entendiam que as deformidades físicas e os comprometimentos sensoriais e mentais, se justificavam por questões religiosas e sobrenaturais (BUIATTI, 2013).

Visto que a religião tinha muita influência social e cultural, o homem era tido como imagem e semelhança de Deus, sendo assim, ele deveria ser perfeito, incluindo perfeição física e mental, como não refletiam a essa perfeição divina conforme a interpretação dos textos religiosos da época, as pessoas com deficiência eram colocadas à margem da condição humana (CASTRO, 2007).

Posteriormente, com o advento do Cristianismo e alguns avanços no campo do conhecimento filosófico, clínico e educacional, o olhar para com a pessoa deficiente começa a ir se modificando, foi surgindo novas oportunidades, como as primeiras iniciativas de ensino de comunicação para pessoas surdas; além de alguns instrumentos de apoio, como, cadeiras de rodas, bengalas, muletas, próteses, entre outros (FONTES, 2009).

No decorrer de alguns séculos o homem foi adquirindo direitos com relação à igualdade e a cidadania, foi surgindo o paradigma da integração, passando a defender o direito da criança com deficiência, assim sendo inserida na sociedade e sobretudo na rede regular de ensino, porém a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o compromisso em adaptar-se as necessidades destes alunos (COSTA, 2016).

A partir de então houve o surgimento de um novo paradigma de educação a “inclusão”. No sentido de interagir, socializar e aprender segundo suas peculiaridades. Segundo Althaus (2011),

A denominada Educação Inclusiva nasceu nos Estados Unidos, pelas mãos da Lei Pública 94.142, de 1975 e, hoje, já está em sua terceira década de implementação. Em todo o território desse país, foram estabelecidos programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva (ALTHAUS, 2011).

E de fato, foi a partir do surgimento da epistemologia de integração, em meados do século XX, que foi acontecendo a mudança no paradigma da condição social da pessoa com deficiência, onde foi ganhando espaço, passando a assumir uma condição de cidadãos de direito, tendo seus deveres e direitos de participação social. Ainda que numa perspectiva assistencialista, essa mudança foi de grande impacto nas relações cotidianas (SILVA, 2018).

2.2 Requisitos legais da educação inclusiva

A partir desse resgate histórico da educação inclusiva, processo pelo qual passou e ainda perpassava a pessoa com deficiência, analisaremos a seguir a evolução da educação inclusiva no que diz respeito a eventos e contextos.

No Brasil, somente por volta dos anos de 1980 que o termo pessoas com deficiência entrou em pauta nas discussões, através da Organização das Nações Unidas em 1981, declarando ser aquele o “Ano internacional das pessoas portadoras de deficiência”. (PEREIRA, 2020).

A educação brasileira possui uma extensa e importante legislação pertinente, a Constituição Federal de 1988, a qual determina em seu Art. 205, a “educação como um direito fundamental, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e em seu Art. 206, “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garantido como dever do Estado (BRASIL, 1988).

Já na década de 1990, foi bastante promissora, com o surgimento de novas ideias e debates importantes relacionados à participação do aluno com deficiência na escola. Além do Tratado de Jomtien, também denominado de Declaração Mundial sobre Educação para Todos, destacando um item exclusivamente dedicado a assegurar igualdade de acesso à educação das pessoas com deficiência (PEREIRA, 2020).

Em 1994 surgiu a Declaração de Salamanca e sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais, nesse mesmo ano foi criada a Política Nacional de Educação Especial a fim de orientar no processo de integração institucional (citar lei). Outra importante lei, a qual marca entre a transformação da educação especial em modalidade de ensino transversal é a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Logo mais, a criação do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, as quais definem a Educação Especial como uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (PEREIRA, 2020).

Outro documento importante foi o Plano de Desenvolvimento da Educação–PDE (2007), promulgado pelo Decreto nº 6.094/2007, o qual traz como eixo a acessibilidade e a formação docente para o atendimento educacional especializado, garantindo o acesso e permanência no ensino regular, assim como atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (GRACIANO, 2007).

Além da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Trazendo suas diretrizes pautadas em uma política pública voltada à inclusão escolar,

consolidando o movimento histórico brasileiro. E a resolução nº 04 CNE/CEB (2009) que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado- AEE na Educação Básica, determina que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular (PEREIRA, 2020).

2.3 aspectos sociais e pedagógicos de inclusão educacional

Visto que muitos são os documentos que defendem a educação inclusiva, observa-se que estes estabelecem que as escolas devam acolher e acomodar todos os alunos com deficiências e /ou necessidades especiais. Conforme Pacheco (2007), a educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e aceitação. As práticas pedagógicas numa escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que uma escola tradicional.

Segundo Lacerda (2013), para a inclusão acontecer de fato, há necessidade de ir mais adiante para perceber que assim como os outros alunos os especiais também são capazes de superar as barreiras das próprias limitações, tudo isso não está somente no receber o aluno nas escolas, o processo de inclusão está ligado com a qualificação de profissionais na área, à infraestrutura das instituições, como aos equipamentos precisos para a acessibilidade, assim como é preciso uma conscientização vinda de todo o corpo escolar.

A compreensão da importância do atendimento educacional especializado reside no fato de que este objetiva identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que reduzam os obstáculos para a completa participação dos alunos, levando em conta as suas necessidades específicas (BEZERRA, 2014).

Quanto à formação profissional docente deve ser pautada em estratégias ou na forma como os educadores estão buscando para aprimorar suas práticas. Lima (2016), diz que a formação do professor que atua na educação especial e inclusiva, deve ser contínua e não resumida somente em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem.

Alguns pesquisadores e profissionais discordam com a ideia de inclusão de alunos com comprometimentos mais graves, através do argumento de que esses alunos, além de não conseguirem acompanhar o currículo, poderiam prejudicar o desempenho dos demais alunos. Assim, se faz necessário estudar os métodos de ensino que podem ser empregados para a inclusão de alunos com deficiência (BEZERRA, 2014; Bianchi, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Modalidade de pesquisa

A abordagem metodológica dessa pesquisa é de natureza qualitativa, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica de caráter exploratório, onde se apropriou de estudos científicos já produzidos no país e disponibilizados em teses e dissertações, bem como documentos normativos, que versam sobre a temática da Educação Inclusiva, afim de abranger um panorama consistente da temática, para tanto, a revisão seguiu as etapas orientadas por autores, além da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDB de n.º 9.394/1996, para entender o que diz as políticas públicas no cenário da educação inclusiva.

A pesquisa se deu a partir de buscas em bases de dados em ferramentas do Google, portais eletrônicos, bibliotecas digitais e plataformas. Foram utilizados os critérios de inclusão, artigos disponíveis na íntegra, em formato eletrônico e disponíveis gratuitamente, publicados em idioma português. Após a escolha dos artigos pertinentes ao interesse da pesquisa procedeu-se uma leitura analítica do material, teses e dissertações que não se adequavam a temática do estudo.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

A técnica de coleta de dados foi a análise documental, em que foram analisados os títulos e resumos dessas publicações. Para o delineamento da pesquisa, a base de dados foi Google acadêmico o qual é uma ferramenta que possibilita a localização de publicações para pesquisadores e seus materiais são provenientes também de bases de dados acadêmicas de acesso aberto, em portais como Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), como a plataforma tem versão em português essa opção foi viável para esta pesquisa e portal Dialnet, e das Portal de periódicos da CAPES e Academia.edu.

Para favorecer a inclusão de maior quantidade possível de estudos, foram utilizados os descritores “Políticas Públicas”, “educação inclusiva” e “métodos pedagógicos”. Após esse levantamento, tivemos posse da história da Educação Inclusiva, conhecendo os principais termos que constituem o arcabouço teórico da educação inclusiva e os principais documentos legais que ordenam e regulam os procedimentos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos destacam os principais marcos político-legais instituídos no país no período de 1990 a 2009, Quadro 2:

Quadro 2 – Marcos político-legais instituídos no país no período de 1990 a 2009.

Ano	Evento	Descrição
-----	--------	-----------

1990	Declaração Mundial de Educação para Todos	A Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien/1990, teve como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. Além de estabelecer diretrizes com o objetivo de garantir a todos uma educação de qualidade, visto que tal declaração afirma no artigo 3º que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante de sistema educativo.
1994	Declaração de Salamanca	É uma resolução das Nações unidas que trata dos princípios, políticas, e práticas da Educação Especial, o objetivo foi a elaboração de diretrizes básicas para a formulação e reforma dos sistemas educacionais, visando atender ao movimento de inclusão social e educacional. Tal documento proclama que: toda criança tem direito fundamental à educação, possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, e que as escolas
		regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades.

	Política Nacional de Educação Especial	Foi criada a fim de orientar no processo de integração institucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos típicos. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDB	Preconiza que os sistemas de ensino ofereçam aos alunos currículo, métodos, recursos, para atender às suas necessidades; garante o término àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.
1999	Decreto n.º 3.298 de 20 de dezembro de 1999	Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, definindo a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Além de apresentar os princípios apontados anteriormente, define que a Educação especial passa a ter papel complementar no processo de educação dos alunos com deficiência matriculados no ensino regular e estabelece que esta passa a ser uma como modalidade transversal a todos os níveis de ensino.
2001	Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, para eliminar as barreiras que impede o acesso à escola. Nesse período houve grande avanço na trajetória educacional das pessoas com deficiência no

		país, os sistemas de ensino
--	--	-----------------------------

		devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.
	Plano Nacional de Educação – Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001	Destaca que “o avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” visto que, de acordo com o documento: Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

2002	Formação Docente; Libras Reconhecida; Braille em classe	Define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim estabelecendo diretrizes para a formação de professores da Educação Básica e define o dever das universidades em formar professores para atender alunos com deficiência; a Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão.
2003	Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	Visa apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos, oferta do atendimento educacional especializado, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva.
2004	Diretrizes Gerais	O Ministério Público Federal publica o documento "acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular", reafirmando o direito à escolarização de alunos com e sem

		deficiência no ensino regular.
2005	Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S	Com objetivo de orientar às famílias e a formação continuada aos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva para garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino. Além da Lei nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que instituiu a organização da educação bilíngue para alunos surdos, sendo Libras sua primeira língua e Língua Portuguesa, a segunda.
2006	Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Proporciona às pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo em todas as modalidades de ensino. Tem como meta: que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do

		ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; que elas possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; que as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e as medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007	Tem como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada.
2008	Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008	Garante recursos àqueles estudantes que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado e dá outras providências. O documento tem como objetivo elucidar o atendimento educacional especializado que estava previsto na Constituição de 1988, entretanto não havia clareza sobre sua transposição prática
2009	Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009	Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado

		(AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento, destinado aos alunos com deficiência, à orientação à escola/professores e disponibilização de recursos e serviços, bem como sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns. Determina que as formas de avaliação, a formação de professores e como os sistemas de ensino devem se organizar para atender a necessidades de todos os alunos, garantindo, principalmente ao aluno com deficiência o sucesso em seu processo de aprendizagem
--	--	--

Fonte: Adaptado, SOUTO (2014).

Com base nos dados levantados é permissível dizer que a educação inclusiva tem sua história influenciada por muitos marcos legais, durante esse percurso, alguns países como o Brasil adotaram ao longo do tempo ações educacionais, como meio de aproximação dos alunos deficientes com a escola regular, e isso já é considerado um caminho para as possíveis mudanças integração desse alunado.

No que diz respeito à educação inclusiva, Gimenes (2012), salienta que, embora as crianças com deficiência contassem com um aparato legal garantindo o acesso à educação, porém nem sempre ocorria na prática, a preocupação maior era aumentar o número de matrículas às classes populares, as ações da sociedade civil para instalação de instituições privadas e filantrópicas ocorria principalmente para cobrir a lacuna deixada pelo sistema educacional comum. E isso implicaria o desenvolvimento e aprendizagem desses educandos, por necessidades de recursos e práticas metodológicas adequada.

Na dissertação de Nascimento (2014), descreve e avalia o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, propondo um plano de ação para o trabalho com inclusão escolar de alunos com deficiência, a autora relata que já existia a inclusão de alunos com deficiência no município em estudo, assim como um quantitativo significativo de matrículas, mas, em contrapartida, não era realizada ações efetivas que permitissem a inclusão deles em situações reais de aprendizagem, assim como o Atendimento Educacional Especializado–AEE, não atendia todos os alunos incluídos nas escolas. Um aspecto destacado pela autora, e merece atenção, é que “existem ainda alguns professores e gestores que são contrários à inclusão e tentam, de alguma forma, se ausentar das responsabilidades que são inerentes às suas respectivas funções” (NASCIMENTO, 2014). A autora finaliza observando que a questão da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares como direito garantido legalmente é um assunto que ainda divide opiniões.

Logo, vimos que as políticas brasileiras têm algumas fragilidades que impedem o seu desempenho: tem como base o interesse internacional; a falta de clareza em muitas de suas leis e decretos; a falta de participação dos profissionais de ensino nas discussões de políticas públicas; a dificuldade dos professores em mudar seus procedimentos metodológicos; a falta de qualificação dos profissionais, etc., neste contexto surge formas em sua maioria artificiais na abordagem dos conteúdos.

Nesse mesmo véis, de lutas de interesses políticos e econômicos, do contexto de

inclusão educacional, Oliveira (2007), define esse processo em três dimensões: 1. Mentalidades, representações e atitudes discriminatórias e de resistência aos alunos com necessidades especiais no âmbito da escola. 2. Recursos técnicos, materiais, de infraestrutura e de pessoais insuficientes ou ausentes para o necessário atendimento educacional às pessoas que apresentam necessidades especiais no ambiente escolar. 3. Formação inicial ou continuada de professores não específica para o trabalho docente com alunos com necessidades educacionais especiais.

Além disso, ainda existem os problemas que impedem a efetivação da inclusão, sendo os aspectos físicos, como: acessibilidade arquitetônica, rampas, banheiros adaptados, portas largas, mobiliário adaptado, dentre outros aspectos estruturais, recursos materiais e pedagógicos para o atendimento às necessidades especiais dos alunos com deficiência, formação de professores inicial e continuada focada na educação inclusiva, adaptações curriculares, estratégias metodológicas, e avaliação, que precisam ser mais debatidos e aprofundados por professores, gestores, comunidades, familiares e grupos de pesquisas em todo o Brasil (MOREIRA, 2011).

Ademais, colocar em funcionamento uma escola inclusiva, vai além da infraestrutura física da escola e funcional dos professores, gestores, técnicos e comunidade escolar, infelizmente a realidade de muitas escolas apenas integram os alunos com necessidades educacionais especiais, mas isso não é ser uma escola inclusiva. A inclusão requer muito mais. A inclusão de fato só ocorre quando se consegue remover, ou seja, a alcança a superação de todas barreiras existentes, como: preconceitos, discriminações, medos, comodismos, injustiças, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes que o direito à vida e à educação pública gratuita de qualidade para todos está garantida e reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e em muitas outras leis posteriores que reafirmam este direito, a escola deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, de modo a garantir o acesso de alunos com deficiência à aprendizagem e ao conhecimento.

Mediante o exposto, o estudo foi feito sobre a temática: considerações sociais e pedagógicas sobre as políticas públicas no cenário da educação inclusiva, podendo ser afirmado que um ambiente verdadeiramente inclusivo faz-se necessário que se implementem as atuais políticas públicas de educação direcionadas a essa integração, que se implantem novas leis norteadas as demandas das pessoas com necessidades educacionais especiais, visando não só o seu acesso, mas a sua permanência e, principalmente, a sua aprendizagem e desenvolvimento físico e mental.

Podemos acrescentar que a escola é o espaço que pode proporcionar-lhes condições para exercer sua identidade sociocultural e a oportunidade de ser e viver dignamente, diminuindo a distância entre o que prescreve a lei de inclusão escolar e o que se vive na realidade local de cada escola, para que assim possa eliminar as barreiras de exclusão e atribuir ações voltadas para a inclusão educacional as quais devem ser planejadas e implantadas institucionalmente, constituindo-se uma possibilidade de transformação da cultura institucional.

Dessa forma, a presente pesquisa também menciona a necessidade de que os educadores se desacomodem, combatendo a descrença e o pessimismo, mostrando que a inclusão é um momento oportuno para professores e a comunidade escolar, demonstrando sua competência diante de suas responsabilidades educacionais, cobrando das autoridades públicas uma remuneração mais digna, planos de carreira mais condizentes com suas responsabilidades e ofício dentro da escola. Nessa perspectiva, os discentes possuem a possibilidade de construir

sua identidade sem nenhum prejuízo e assim mantendo um equilíbrio entre a instituição, pois uma gestão democrática não é construída solitariamente, esta requer a contribuição e engajamento de todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional e, principalmente, os que buscam uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ALTHAUS, Ligia Graziela. **Gestor educacional: mediador da inclusão**. 3.ed. Rio Grande do Sul, (2011).

ANTUNES, Katiuscia Cristina Vargas. **História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito**. 2012. Tese (Pós-graduação em Educação) - Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BEZERRA, Ana de Souza. **Métodos de ensino para a inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva**. 2014. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Bianchi, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades**. 3ed. São Paulo, 2017.

BUIATTI, Viviane Prado. **Atendimento educacional especializado: dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais**. 2013. Tese (Pós-graduação em Educação) – Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º9.394/96**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 mai. 2023.

CASTRO, H. V. **Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência na Escola: um olhar histórico-social**. Faculdade de Educação-UFG. Comunicação. Formação e Profissionalização docente, 2007.

COSTA, Denise Ferreira. D et al. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de Paradigmas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXVI, v. 01, n.000092, p.2236-6717, 2016.

MOREIRA, Carlos José de Melo. **Política Pública de Educação Inclusiva: Entre o Ideal Legal e o Real Existencial no Cotidiano Escolar**. In: 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo. (2011). FONTES, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Junqueira Marin Editores,

2009.

GIMENES, Priscila Alvarenga Cardoso. **Nas tramas da educação inclusiva: considerações sobre as políticas públicas educacionais para a inclusão.** 2012.

GRACIANO, Mariângela. **O plano de desenvolvimento da educação** (2007).

LACERDA, Guilherme Brito. D. **Políticas de acesso, autonomia e permanência da pessoa com deficiência nas instituições públicas de ensino superior da região metropolitana do Cariri.** (2013)

LIMA, Leila Araújo de. **Formação docente para atuação com estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais numa perspectiva inclusiva.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NASCIMENTO, Maria Janaina de Oliveira Gordiano. **Avaliação da Implementação e Resultados da Política Nacional de Educação Especial nas Escolas Estaduais de Cruzeiro do Sul** – Acre. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, I. A. (Org.). **Olhar, escutar e vivenciar a educação inclusiva em municípios do Pará.** Brasília: CNPQ; Belém: UEPA, 2007.

RODASKI, Janaina Isis; GARTNER, Giselle Priscila Scheidt Martins. Deficiência intelectual: análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (2010- 2015). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 7, n. 2, p. 11-22, 2020.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Gilberto Eleuterio; OLIVEIRA, Adelia Augusta. **A produção psicossocial do conceito de pessoa com deficiência: Conquista de cidadania e de direitos?** (The psychosocial production of the concept of person with disabilities: achievement of citizens hipand rights?). **Emancipação**, v. 18, n. 1, p. 165-184, 2018.

SOUTO, Maricélia Tomáz de. **Educação Inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade.** João Pessoa (2014).

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, Dulceana; MÁRQUES, Fernanda Telles. A Educação Especial e as Políticas Públicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Profissão Docente**, v. 20, n. 44, p. 01-15, 2020.